



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

PARECER Nº 216/CG/CMPV-2025

PROCESSO ELETRÔNICO	00600-00025345/2025-64-e
ORIGEM:	OFÍCIO INTERNO N.º 20/GC/CMPV/2025 (e-DOC 02AFF007)
OBJETO:	Aquisição de material expediente (capas para projetos legislativos).
RESERVA ORÇAMENTÁRIA N.º. 29/2025 - DOR/CMPV	R\$ 4.200,00 (quatro mil, duzentos reais). (e-DOC 6A180047)
ASSUNTO:	Análise e Emissão de Parecer quanto à Dispensa de Licitação.
PARECER JURÍDICO:	Nº 93/PG/CMPV/2024 (e-DOC 99D8652A – PEÇA 32)

Senhor Presidente,

Esse Controle Interno dotado de acatamentos técnicos, que lastreiam o embasamento legal, para suas análises, no que diz respeito à filtragem para a obtenção do norte, na emissão do parecer técnico administrativo, principalmente em atendimento os disciplinamentos da Decisão Monocrática nº 009/2015/GCWCS, da lavra do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, publicado no Diário do TCER nº 865 ano V, que orienta a obrigatoriedade da emissão de Parecer Técnico em todos os procedimentos da administração que importem em desembolso de recursos públicos, a serem entregues a agentes públicos e particulares, mediante a prestação do objeto do serviço contratado, indenizado ou conveniado, assim como a atenção aos Princípios gerais que norteiam o Controle Interno que são: Coordenar, Planejar, Fiscalizar e orientar, vem emitir o Parecer, que assim segue:

Aportou nesse Controle Interno o Processo Eletrônico nº 00600-00025345/2025-64-e, advindo da Douta Procuradoria Geral, que trata da contratação de empresa especializada para os serviços de confecção e fornecimento de Capas personalizadas para projetos legislativos, com o intuito de atender as necessidades da CMPV, conforme OFÍCIO INTERNO N.º 65/DAF/CMPV (**e-DOC 34FCBF88**), acompanhado do Estudo Técnico Preliminar nº 5/2025 (**e-DOC EC82047E**) e do Termo de Referência N.º 5/2025(**e-DOC EC82047E**), cujos os bens a serem adquiridos segue descrito conforme ANEXO:

Item	Descrição/Especificação	UNIDADE	Quantidade
01	Capas para projetos legislativos, na cor amarela, confeccionadas com papel mais grosso e firme que a folha sulfite comum, com		



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

	gramatura mínima equivalente a 240g, podendo ser cartolina ou papel similar que atenda à resistência e durabilidade exigidas para manuseio frequente. Impressão em preto (1x0 offset), com brasão e informações padronizadas da Câmara Municipal. Medida mínima da capa aberta: 33 cm (altura) x 46 cm (largura). Medida máxima da capa aberta: 33 cm (altura) x 50 cm (largura).		2.000
--	---	--	-------

No e-DOC ABBEF01C– PEÇA 07, consta O Estudo Técnico Preliminar Nº 05/2025, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação (fase preparatória do certame) que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação (art. 6º, inciso XX, da Lei Nacional n.º 14.133/2021), **contemplando, entre outros elementos, a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação.** (Andressa Marques Monte – Gerente Administrativo)

No e-DOC 65D44FAC– PEÇA 10, constata-se o Termo de Referência como define o art. 72º, inciso I, da Lei de Licitação nº 14.133/2021. É um documento indispensável para o início de uma licitação, ele define regras e o objeto que realmente vai se contratar, é um conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização de obras ou serviços, neste caso em específico, suas diretrizes enfocaram o objeto “Aquisição de material expediente (capas para projetos legislativos) visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Porto Velho – CMPV, por um período de 12 (doze) meses”, o que realmente foi solicitado.

Consta nas peças 12, 13 e 14 as cotações de preços efetuadas para obter o valor de mercado, bem como quadro comparativo de preços médios, e-DOC 8D32C93C – PEÇA 15, elaborado pela Divisão De Compras E Instrução Processual e ratificado pela Gerente Administrativo senhora Andressa Marques Monte, onde ficou demonstrado que a empresa cotante do objeto com o menor preço foi a **“M & M GRÁFICA E EDITORA LTDA CNPJ: 01.176.195/0001-98 –, com o valor total R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)**, conforme quadro demonstrativo abaixo das empresas que apresentaram suas propostas de preços.

EMPRESA PROPONENTE	VALOR DA PROPOSTA
M & M GRÁFICA E EDITORA LTDA CNPJ:	R\$ 4.200,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

01.176.195/0001 -98	
MSB COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 24.342.184/0001 -36	R\$ 4.300,00
CFA COMERCIO E SERVIÇO LTDA – CNPJ: 51.023.246/0001 -10	R\$ 4.400,00
MEDIA PREÇO TOTAL (R\$)	R\$ 4.300,00

Com a cotação de preços mercadológica, observa-se que a empresa já acima identificada, ofereceu o menor preço, devendo ser procedida com a Dispensa de Licitação, em razão do valor apresentado, assim como a manifestação da Douta Procuradoria-Geral em seu **Parecer Jurídico Administrativo sob o nº 93/PG/CMPV/2025 (e-DOC 99D8652A – Peça 32)**, doutrinando através do art. Art. 75, caput, incisos I e II, da Lei de Licitação nº 14.133/2021, acerca da modalidade de Dispensa de Licitação.

Acrescentou ainda o citado Parecer Jurídico que *“esta Procuradoria manifesta-se pela possibilidade jurídica da contratação por DISPENSA, desde que o mesmo item não tenha sido objeto de contratação nos últimos 12 meses, nem esteja previsto para ser adquirido nos próximos 12 meses, de forma a se evitar o fracionamento indevido de despesa”, ressaltando ainda “que os valores estão dentro dos limites legais estipulados para dispensa licitatória, e a documentação das empresas estão regulares e juntadas aos autos”*.

No e-DOC 6A180047 – Peça 27, encontra-se a reserva orçamentária – nota de pré-empenho nº 29/2025 – no elemento 33903900000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA –, **no valor total de R\$ 4.200,00 (quatro mil, duzentos reais)**, atendendo assim o que declina o artigo 72, inciso iv, da lei nº 14.133/2021, que assim reza:

Art. 72.O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

(...)

IV – demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

Nesta seara de informações e análise, identificou-se no interior do processo, as certidões negativas solicitadas em lei, que constam acostadas nas peças 18, 19, 20, 21, 22 e 23, devidamente atualizadas quando do envio da cotação de preços, com as respectivas confirmação de autenticidade das certidões, as quais deverão ser atualizadas por ocasião da elaboração do instrumento contratual pelo setor jurídico e também por ocasião do pagamento da despesa.

Ainda, consta também nas peças 16, 17 e 24, farta documentação da empresa cotante do menor preço, anexadas pela divisão de compras e instrução



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

processual, ratificada pela gerente administrativo, senhora Andressa Marques monte, confirmando assim a existência jurídica bem como as atividades econômicas de acordo com o objeto ora contratado, atestado de capacidade técnica, e documento de habilitação fornecedor.

No e-DOC 2665FA2D – Peça 31, encontra-se acostado a análise técnica da Comissão Permanente de Contratação e Compras – CPCC acerca do objeto solicitado, no qual informa todos os documentos apensados, tais como, valores apresentados, reserva de saldo, vantajosidade da contratação, e, ao final, declinando pela pretenda contratação por dispensa de licitação.

Ademais, não identificamos no interior do processo em apreço o Termo de Deliberação pela modalidade de Dispensa de Licitação, **o qual dever-se-á ser publicado em diário oficial, cuja cópia da publicação original deverá ser acostada ao processo.**

Desta feita, essa Controladoria Geral é FAVORÁVEL a continuidade dos trâmites do processo, devendo ser atendido o que se orienta, a fim de cumprir as exigências formalmente exigível na Resolução da Mesa Diretora nº 031/CMPV-2019, datada de 23/09/2019, conforme o abaixo elencado.

Encaminhe-se:

AO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA:

- 1- Ao Senhor Gestor **Francisco Gedeão Bessa Holanda de Negreiros**, tomar conhecimento deste parecer; e
- 2- Autorizar o Empenhamento da Despesa

A
DIVISÃO DE ORÇAMENTO:

Emitir nota de empenho no valor total de valor total R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), no elemento de despesa constante da reserva orçamentária acostada no e-DOC 6A180047 – Peça 27, descriminando o item de acordo com o detalhamento da nota de pré-empenho), observando as orientações dessa Controladoria.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

A
PROCURADORIA GERAL

1 – Elaborar **Termo de Deliberação** pela modalidade de Dispensa de Licitação, o qual deverá ser publicado em diário oficial, cuja cópia da publicação original deverá ser acostada ao processo;

É O PARECER, **SMJ**.

Porto Velho, 23 de julho de 2025.

(assinado eletronicamente)

Ivair Martins Passarinho
Controlador Geral-CMPV
Dec.555/2025



Assinado por **Ivair Martins Passarinho** - Controlador Geral - Em: 23/07/2025, 12:12:30